



EXERCÍCIO 1994

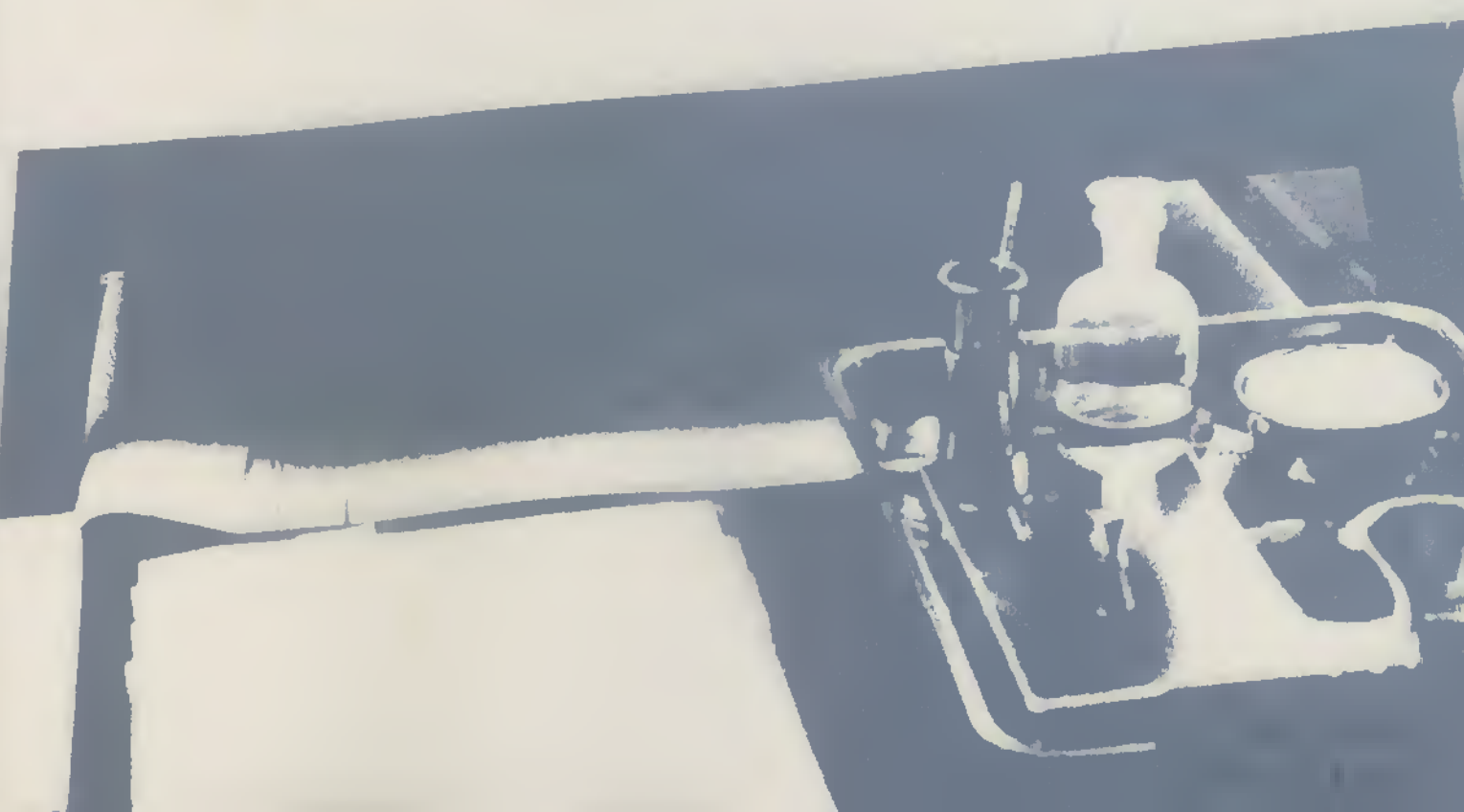
Medicina Apoiada, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

E DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

1994

REESTRUTURAÇÃO	3
MACROESTRUTURA	4
ACTIVIDADE EMPRESARIAL	7
RECURSOS HUMANOS	8
INSTALAÇÕES	8
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO	9
MEDICINA ASSISTENCIAL	10
MEDICINA DO TRABALHO	10
SITUAÇÃO ECONÓMICA	11
PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE CONTAS	12
NOTA FINAL	12
DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO	
BALANÇO ANALÍTICO	
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	
DOCUMENTOS DE APROVAÇÃO	
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL	



REESTRUTURAÇÃO DA EDP	3
MACROESTRUTURA DA EMPRESA	4
ACTIVIDADE EMPRESARIAL	7
RECURSOS HUMANOS	8
INSTALAÇÕES	8
SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO MÉDICA	9
MEDICINA ASSISTENCIAL	10
MEDICINA DO TRABALHO	10
SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	11
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	12
NOTA FINAL	12
DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS	13
BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994	14
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	16
ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	18
DOCUMENTOS DE APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO	24
CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	25
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	26
EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS	27

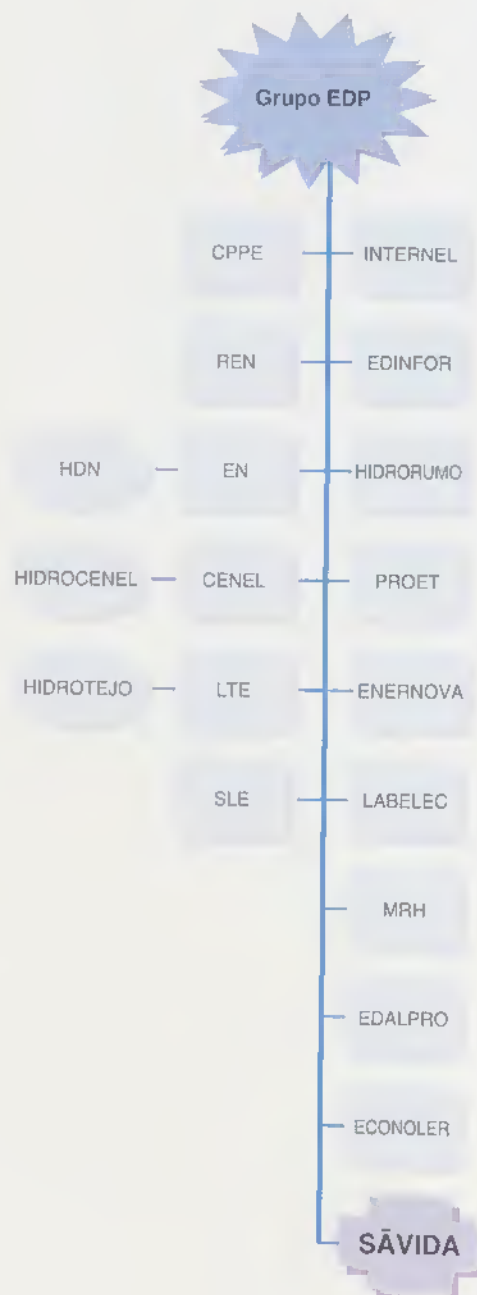
Pelo DL nº 7/91, que transformou a EDP de empresa pública em sociedade anónima, ficou o Conselho de Administração incumbido de estudar o plano de cisões da Empresa tendo em vista a sua desverticalização, de modo a permitir uma maior flexibilidade de gestão, a implementação de padrões superiores de qualidade e uma maior proximidade aos clientes com a consequente melhoria da satisfação das suas expectativas.

Ao fim de cerca de três anos e após laboriosos estudos envolvendo mais de duas centenas de quadros superiores da Empresa escolheu-se de entre um conjunto possível de soluções aquela que pareceu a mais adequada aos objectivos que nortearam a elaboração do plano de cisões: transformar a Empresa num Grupo, facto que teve concretização na reunião da Assembleia Geral da EDP realizada em 18 de Agosto de 1994. Assim, sob o controlo estratégico de uma Holding, criaram-se uma empresa de produção, a CPPE, uma empresa de transporte, a REN, quatro empresas de distribuição, a EN, a CENEL, a LTE e a SLE, e mais cinco empresas de serviços, a HIDRORUMO, a PROET, a MRH, a LABELLEC e a SÁVIDA, que, conjuntamente com as três empresas de produção embebida posteriormente constituídas, a HDN, a HIDROCENEL e a HIDROTEJO e mais as cinco empresas já existentes, a INTERNEL, a EDINFOR, a ENERNOVA, a EDALPRO e a ECONOLER, constituem, num total de 19 empresas, como se disse, sob o controlo da Holding, o Grupo EDP.

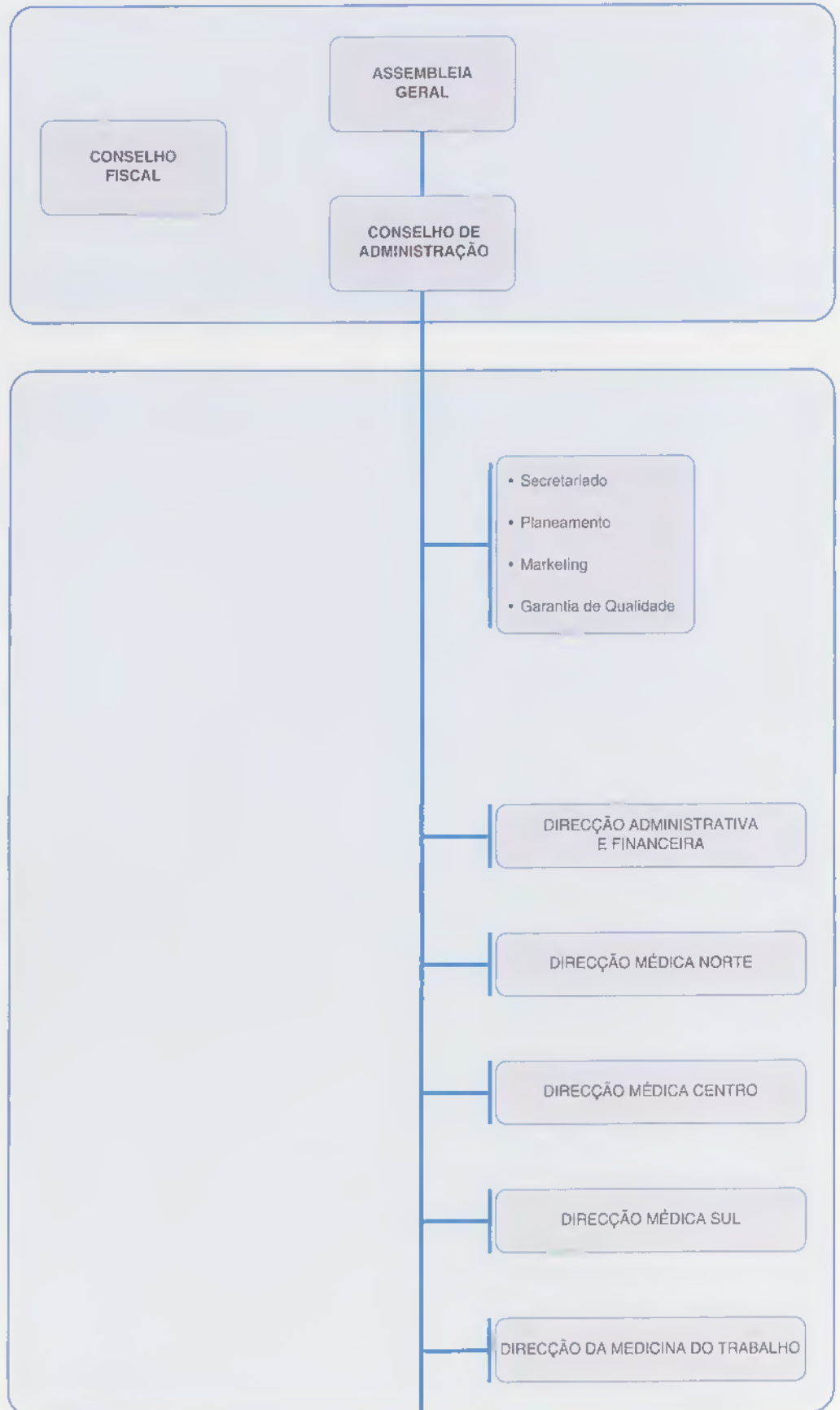
A constituição das empresas de serviços decorreu da existência de um conjunto de actividades periféricas ao negócio eléctrico, actividades que pela sua dimensão e valia humana e técnica se entendeu ser útil autonomizar em empresas e pô-las ao dispor

não só e como até aqui da EDP mas agora também do Grupo e do País.

É neste quadro que surge a SÁVIDA, que tem como objectivo social a "Prestação de cuidados de saúde, gestão e exploração de estabelecimentos hospitalares, assistenciais e similares, próprios e alheios" e que assumiu os direitos e obrigações anteriormente cometidos à Direcção dos Serviços Médicos da EDP.



MACROESTRUTURA DA EMPRESA





1 2 3

Mesa da Assembleia Geral

Dr. José Albertino Gonçalves Melchior Gomes
Presidente

Dra. Maria do Pilar Pereira Gouveia
Vice-Presidente

Dr. José Ilídio Mendes
Secretário

Conselho Fiscal

Dr. Manuel Jorge Pombo Cruchinho
Presidente

Alexandre Coelho & Luís Rosa
Vogal (ROC)

Dr. João Vasconcelos da Costa Leite
Vogal

A. Paredes, A. Oliveira & A. Santos
Vogais suplentes (ROC)

Eng. Arnaldo Jorge de Paiva Cruz Costa
Vogal suplente

Conselho de Administração

Eng.º José Filipe de Mendonça Athayde
de Carvalho – *Presidente*

Dr. Carlos Alberto de Mendonça Pires

Eng.ª Maria do Carmo Farinha Martins Rei

Direcções

Dr. Marcos Macedo Pinto
Director da Direcção Médica Norte

Dr. Mário C. Loureiro
Director da Direcção Médica Centro

Dr. Francisco Fragoso
Director da Direcção Médica Sul

Avogados pelo CA as Direcções Adminis-
trativa e Financeira e da Medicina do Trabalho

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

2 – Eng. José Filipe de Mendonça Athayde de
Carvalho – *Presidente*
1 – Dr. Carlos Alberto de M. Pires
3 – Eng. Maria do Carmo F. Martins Rei



Durante o ano de 1994 a Empresa prestou assistência médica e medicamentosa (Medicina Assistencial) a todos os utentes das empresas do Grupo, ao abrigo do Acordo de Cooperação celebrado com a Direcção-Geral dos Cuidados de Saúde Primários.

Em simultâneo com a Medicina Assistencial, a Empresa assegurou também a Medicina do Trabalho aos trabalhadores do universo EDP.

Desde a sua constituição foram dados passos importantes para consolidar a Empresa e preparar a sua projecção no mercado.

Desses passos salienta-se a negociação e a assinatura dos Contratos-Programa com cada uma das empresas do Grupo, a aprovação do Plano de Actividades e Orçamento para 1994 e 1995, a definição da Estrutura Orgânica e a autonomização da área administrativa e contabilística anteriormente assegurada pela Estrutura Central da EDP.

Os objectivos estabelecidos para este ano foram globalmente realizados. No que se refere à qualidade registaram-se melhorias significativas em algumas áreas continuando contudo a qualidade a ser uma preocupação constante da Empresa.

O Resultado Líquido em 1994 foi de 91.493.802\$00 o que traduz uma rentabilidade das vendas da ordem dos 2,1%.

Os resultados alcançados no seu conjunto podem considerar-se encorajantes e reflectem também a solidez da Empresa.

RECURSOS HUMANOS

A SÁVIDA é uma Empresa de mão-de-obra intensiva e o desempenho da grande maioria dos seus colaboradores é permanente e directamente aferido pelos seus clientes (utentes).

A principal preocupação da Empresa nesta área, tem sido proporcionar condições que, por um lado ajudem a manter motiva-

dos os seus colaboradores e, por outro lado, assegurem que as suas prestações tenham qualidade e a mesma seja reconhecida pela Empresa e pelos clientes.

Para este comportamento têm contribuído, a organização do serviço a todos os níveis e que é suportada por um moderno sistema informático, único no mercado, a gestão participativa por objectivos, a formação efectuada no interior e exterior da Empresa, a correcta atribuição do número de utentes por médico e o reconhecimento por parte da Empresa daqueles que mais têm contribuído para os resultados globais.

Em 31 de Dezembro de 1994 a Empresa tinha 147 trabalhadores do quadro permanente dos quais 12, já trabalhando nos serviços, tinham ainda os processos de transferência em curso.

O absentismo destes trabalhadores em 1994 foi de 4,5%.

Para além dos trabalhadores do quadro, a Empresa conta também com a colaboração de mais 146 médicos e 61 enfermeiros e assistentes dentários em regime de prestação de serviços, a grande maioria em regime de tempo parcial.

A selecção destes prestadores obedece a critérios exigentes do ponto de vista técnico-científico e das características humanas indispensáveis a um atendimento de qualidade.

As regras de avaliação do desempenho destes prestadores são previamente acordadas com cada um e periódica e sistematicamente aferidas, sendo uma componente determinante a opinião dos utentes (clientes).

INSTALAÇÕES

Em Lisboa a Empresa tem o Posto Médico Central da Região Sul, com cinco extensões, e um Posto de Medicina do Trabalho.

No Porto está instalado o Posto Médico Central da Região Norte e em Coimbra o Posto Médico Central da Região Centro.

Durante o último trimestre de 1994, iniciou-se o processo de transferência do Posto Médico Central do Porto da Rua Alexandre Herculano para a Rua do Boião e procuraram-se espaços em Lisboa para instalar as consultas de especialidades e alguns auxiliares de diagnóstico. Espera-se que estas acções estejam concluídas no primeiro semestre de 1995.

Todas as instalações são arrendadas e os novos espaços também serão ocupados naquele regime.

Para além das instalações próprias, a Empresa gere também mais 52 Postos Médicos pertencentes às várias Empresas do Grupo EDP, cobrindo todo o território nacional do continente.

SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO MÉDICA

A actividade da Empresa ao nível da Medicina Assistencial é apoiada por um moderno sistema informático, desenvolvido por meios próprios, conhecido internamente por SIGMED – Sistema Integrado de Gestão Médica, que garante a confidencialidade médica e permite uma adequada gestão dos recursos.

O movimento clínico gerado nos Postos Médicos informatizados, desde a marcação das consultas à emissão de receitas e auto-

rização para consultas de especialidade, é diariamente transferido para a unidade central de onde se retira a informação agregada para a gestão.

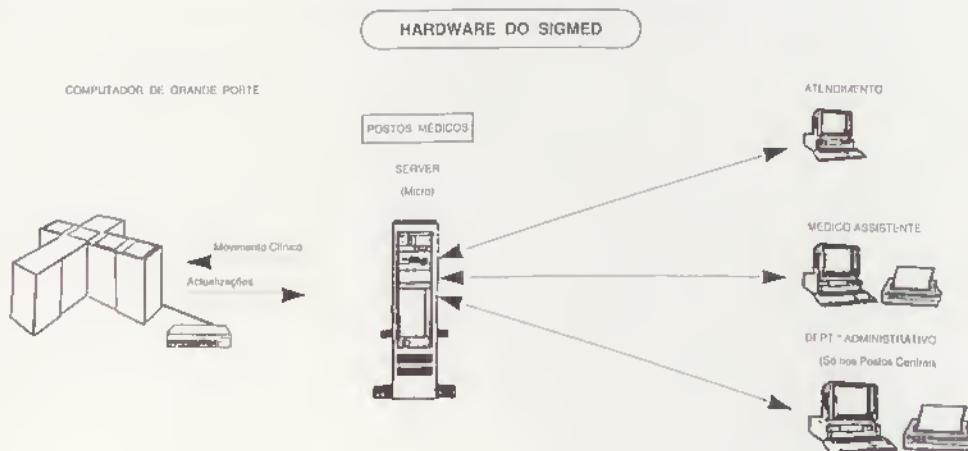
Relativamente às facturas dos prestadores de serviços o sistema permite conferir a conformidade das mesmas com os trabalhos efectivamente encomendados, bem como com os preços contratados.

Em 1994 o SIGMED estava instalado nos Postos Médicos Centrais e em mais 10 Postos Médicos, cobrindo ao todo cerca de 50% dos utentes. Dos restantes Postos Médicos apenas 12 têm um número de utentes que justificam a informatização e espera-se concluí-la durante o ano de 1995.

Nos Postos Médicos onde o movimento clínico não justifica a informatização, e que servem no conjunto cerca de 25% do número de utentes, o referido movimento continuará a ser feito manualmente e introduzido posteriormente no sistema.

O SIGMED é um instrumento estratégico importante não só no apoio ao controlo efectivo de custos, nomeadamente por natureza, por utente, por médico, por Posto Médico, por prestador de serviço, como também no fornecimento de alguns indicadores relacionados com a qualidade do serviço prestado.

O esquema seguinte sintetiza a configuração do Hardware do SIGMED.



MEDICINA ASSISTENCIAL

Em conformidade com os Contratos-Programa estabelecidos com cada uma das empresas do Grupo prestou-se assistência médica e medicamentosa a todos os utentes das mesmas.

A média das idades dos utentes em 1994 era de 40 anos; 22% tinham mais de 60 anos e 91 utentes tinham mais de 90 anos.

O sistema de saúde da Empresa assenta no princípio de que cada utente tem um médico de família (Clínica Geral) e é este que, quando necessário, o encaminha para as especialidades médicas.

Nos Postos Médicos próprios ou geridos pela Empresa só há consultas de clínica geral e enfermagem, com excepção dos Postos Médicos Centrais, onde também funcionam consultas de algumas especialidades.

Para além deste apoio prestado nas suas instalações, a Empresa recorre a um conjunto de prestadores de serviço convencionados, para assegurar a cobertura das necessidades médicas dos seus utentes.

Durante o ano de 1994 conseguiu-se, na maioria dos Postos Médicos, um rápido acesso à consulta de Clínica Geral e que o tempo de permanência dos utentes nos Postos Médicos não excedesse mais de uma hora.

A nível da qualidade do atendimento, tanto médico como de enfermagem e administrativo, houve melhorias significativas. Administrativamente verificou-se uma evolução na desburocratização dos serviços.

Houve igualmente uma melhoria global na qualidade técnico-científica dos médicos não só pelas acções de formação, mas também devido à contratação em regime de prestação de serviços de várias especialidades médicas.

Estas três últimas acções conduziram a ganhos de produtividade e a uma melhoria global do serviço; trata-se no entanto de áreas onde teremos que continuar a investir.

Em 1994 realizaram-se cerca de 370 mil consultas médicas e foram emitidas cerca de 87 mil requisições para exames auxiliares de diagnóstico.

MEDICINA DO TRABALHO

Em conformidade com a Lei e com as normas internas do Grupo EDP, foram desenvolvidas acções com vista a promover a saúde e a prevenir as doenças profissionais dos trabalhadores.

Como indicadores mais expressivos salientam-se 9.685 exames médicos, 42.387 exames complementares, 125 visitas a locais de trabalho, 84 acções de formação em primeiros socorros e educação sanitária e 65 reuniões com as Comissões e Subcomissões de Segurança das várias empresas do Grupo.

Durante o ano de 1994, para além dos relatórios entregues às entidades oficiais, fizeram-se outros trabalhos de que se salientam a elaboração de protocolos médicos para diversos postos de trabalho, a caracterização do absentismo por doença no período de 1992 – 1993 e a publicação de dois números do Boletim de Saúde Ocupacional destinados à prevenção do alcoolismo e das doenças cardiovasculares.

O serviço, à semelhança do ano anterior, manteve contactos com entidades nacionais e estrangeiras, de que se salientam o Instituto de Desenvolvimento e Inspecção das Condições de Trabalho, a Direcção-Geral da Saúde e a UNIPEDE (União Internacional dos Produtores e Distribuidores de Electricidade).

Administrativamente verificou-se uma evolução positiva na desburocratização dos serviços.

Houve igualmente uma melhoria global na qualidade técnico-científica dos médicos não só pelas acções de formação, mas também devido à contratação em regime de prestação de serviços de várias especialidades médicas.

SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado do exercício de 1994, após impostos, foi de 91.493,8 contos. O quadro seguinte evidencia um resumo da Conta de Resultados, em milhares de contos:

PROVEITOS		4 396,2	
CUSTOS			
Forn. e serv. externos	3 685,5		
Custos com o Pessoal	555,8		
Amortizações	27,4		
Impostos	0,2	4 268,9	
RESULTADO OPERACIONAL		127,3	
Resultados Extraordinários		- 7,3	
Resultados antes de Impostos		120,1	
Imposto sobre o Rendimento		- 28,5	
RESULTADO LIQUIDO		91,5	

Na rubrica de custos mais relevante, fornecimentos e serviços externos, que atinge um total de 3.685,5 mil contos, a parcela referente a fornecimentos e serviços médicos representa 92% do total; as rubricas medicamentos, estomatologia, e internamentos e intervenções cirúrgicas representam, no seu conjunto, dois terços desta parcela. O risco de acréscimo abrupto dos custos dos serviços da área médica, por surto epidémico ou por outro motivo exógeno, está contratualmente transferido para os clientes de modo a não pôr em causa a solidez da Empresa.

No quadro seguinte faz-se um resumo do Balanço em milhares de contos:

ACTIVO		PASSIVO	
Imobilizado	115,8	Provisões	231,8
Circulante	2 516,2	Exigível MLP	441,7
Acréscimos e diferimentos	4,1	Exigível CP	1 677,7
		Acréscimos e diferimentos	78,4
			2 429,6
		CAPITAIS PRÓPRIOS	206,5
ACTIVO	2 636,1	PASSIVO + CAPITAIS PRÓPRIOS	2 636,1

O valor elevado do activo circulante traduz, na sua grande parte, dívidas de empresas do Grupo resultantes de a facturação às mesmas ter sido feita no final do ano, altura em que ficaram esclarecidas dúvidas quanto à aplicação do IVA,

Também o exigível a curto prazo inclui, além das dívidas correntes aos fornecedores, a dívida à Holding que nos fez adiantamentos para cobertura das despesas correntes dado o atraso verificado na facturação.

No final do exercício não existiam dívidas vencidas à Segurança Social.

Os prazos contratuais de recebimento dos clientes permitem, em situação de cruzeiro, fazer face aos pagamentos correntes sem recurso a passivo financeiro.

O investimento feito no exercício ascendeu a um total de 26.168 contos dos quais 8.385 contos em equipamento médico, 9.013 contos em equipamento informático e 8.770 contos em equipamento administrativo e imobilizações diversas.

Prevê-se que o exercício de 1995 se desenvolva, em termos económicos e financeiros, de forma semelhante ao ocorrido em 1994. O facto de os custos da área da saúde sofrerem em regra inflação superior à média geral e o facto de a idade média dos clientes finais ficar acrescida de mais um ano, com o conseqüente aumento dos consumos médicos, não nos retira uma perspectiva prudentemente optimista.

Em termos de investimento espera-se em 1995 alcançar um valor bem mais significativo que o ocorrido em 1994. Destaca-se a abertura de mais consultórios médicos em Lisboa e Porto, incluindo a adaptação do espaço para esse fim e o respectivo equipamento médico. Salienta-se ainda na área de informática a instalação de equipamentos em mais 12 Postos Médicos de dimensão média/inferior e o desenvolvimento de alguns módulos do SIGMED importantes para o controlo dos custos médicos e para a simplificação de processos administrativos.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do artº 25º dos Estatutos, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício de 1994, no valor de 91 493 802\$00, tenha a seguinte aplicação:

Para Reserva Legal	9 149 380\$00
Para Dividendo	41 000 000\$00
Para distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes....	4 005 219\$00
Para distribuição de Resultados aos Trabalhadores	26 000 000\$00
Para Resultados Transitados	11 339 203\$00

NOTA FINAL

O Conselho de Administração expressa o seu reconhecimento aos quadros e demais trabalhadoras pela dedicação e empenho que mostraram ao longo do ano, essenciais para o arranque da Empresa e para os resultados obtidos.

O Conselho agradece também o apoio recebido das empresas do Grupo e particularmente da Holding, que foi e continua a ser determinante para o arranque e consolidação da Empresa.

O Conselho agradece ainda o apoio e colaboração da Direcção-Geral de Saúde. Finalmente, um agradecimento muito especial ao Conselho Fiscal, pela importante colaboração prestada.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1995

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

*José Filipe de Mendonça Athayde
de Carvalhosa – Presidente*

Carlos Alberto de Mendonça Pires

Maria do Carmo Farinha Martins Rei



BALANÇO ANALÍTICO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

ACTIVO		Exercício		
		1994		
Notas		AB	A/P	AL
IMOBILIZADO				
03.a/10	Imobilizações Corpóreas:			
	Equipamento básico	66 275 850	36 342 193	29 933 657
	Equipamento de Transporte	4 400 194	4 400 194	0
	Ferramentas e Utensílios	410 024	52 255	357 769
	Equipamento Administrativo	152 571 745	67 269 854	85 301 891
	Outras Imobilizações Corpóreas	250 760	27 585	223 175
		<u>223 908 573</u>	<u>108 092 081</u>	<u>115 816 492</u>
CIRCULANTE				
	Dívidas de Terceiros – Curto Prazo:			
	Clientes C/C	1 510 056 285		1 510 056 285
48.b	Outros Devedores	1 005 998 889		1 005 998 889
		<u>2 516 055 174</u>		<u>2 516 055 174</u>
	Depósitos Bancários e Caixa:			
	Caixa	<u>200 000</u>		<u>200 000</u>
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
48.a	Custos Diferidos	4 065 439		4 065 439
		<u>4 065 439</u>		<u>4 065 439</u>
	Total de Amortizações		108 092 081	
	Total de Provisões			
	Total do Activo	2 744 229 186	108 092 081	2 636 137 105

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Técnico de Contas

Ana Maria da Mota Ferreira Marinho

Unidade: Escudos

		CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	
Notas		Exercício	
		1994	
CAPITAL PRÓPRIO:			
36/37/40	Capital	90 000 000	
40	Reservas:		
	Outras	25 008 493	
	Subtotal	115 008 493	
40	Resultado Líquido do Exercício	91 493 802	
	Total do Capital Próprio	206 502 295	
PASSIVO			
48.c	Provisões para riscos e encargos:		
	Provisões para Pensões	75 585 205	
	Outras provisões p/riscos e encargos	156 209 423	
		231 794 628	
29	Dívidas a Terceiros – Médio L/Prazo		
	Outros Credores	441 681 800	
		441 681 800	
48.b	Dívidas a Terceiros – Curto Prazo		
	Fornecedores c/c	237 938 366	
	Fornecedores – Fact. em recep. e Conf.	170 608 272	
	Estado e Outros Entes Públicos	56 717 512	
	Outros Credores	1 212 452 313	
		1 677 716 463	
48.a	Acréscimos e Diferimentos:		
	Acréscimo de Custos	78 441 919	
		78 441 919	
	Total do Passivo	2 429 634 810	
Total do Capital Próprio e do Passivo		2 636 137 105	

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Filipe de Mendonça Athayde de Carvalhosa – Presidente
Carlos Alberto de Mendonça Pires
Maria do Carmo Farinha Martins Rei

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

CUSTOS E PERDAS

Notas	Exercício	
	1994	
	Fornecimentos e Serviços Externos	3 685 525 039
	Custos com o Pessoal	
	Remunerações:	
43	Remunerações dos Órgãos Sociais	6 031 986
	Remunerações do Pessoal	422 773 124
	Encargos Sociais:	
	Encargos s/Remunerações	104 831 638
	Custos de Acção Social	8 523 860
	Outros	13 614 255
		<u>555 774 593</u>
10.b	Amortizações do exercício	27 391 120
	Impostos:	
	Impostos indirectos	184 218
	Outros Custos e Perdas Operacionais	15
		<u>184 233</u>
	A – Custos e Perdas Operacionais	4 268 874 985
	Custos e Perdas Financeiras	
	Outros Custos e Perdas Financeiras e Similares	50 000
		<u>50 000</u>
	C – Custos e Perdas Correntes	4 268 924 985
	Custos e Perdas Extraordinárias	
	Correcções Relativ. a Exercícios Anteriores	307 810
46	Outros Custos e Perdas Extraordinárias	7 000 002
		<u>7 307 812</u>
	E – Custos e Perdas Exercício	4 276 232 797
	Imposto sobre o Rendimento do Exercício	28 510 496
		<u>28 510 496</u>
	G – Custos Totais	4 304 743 293
	Resultado Líquido do Exercício	91 493 802
	TOTAL	4 396 237 095
	Resultados Operacionais (B) – (A)	
	Resultados Financeiros [(D) – (B)] – [(C) – (A)]	
	Resultados Correntes (D) – (C)	
	Result. Antes de Impostos (F) – (E)	
	Result. Líquido do Exercício (F) – (G)	

DIRECÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

O Técnico de Contas

Ana Maria da Mota Ferreira Marinho

Unidade: Escudos

		PROVEITOS E GANHOS	
Notas		Exercício 1994	
44	Prestação de Serviços	4 314 571 113	
	Proveitos Suplementares	81 584 833	4 396 155 946
	B – Proveitos e Ganhos Operacionais		4 396 155 946
	D – Proveitos e Ganhos Correntes		4 396 155 946
46	Proveitos e Ganhos Extraordinários		
	Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários	81 149	81 149
F – PROVEITOS TOTAIS			4 396 237 095
			127 280 961
			(50 000)
			127 230 961
			120 004 298
			91 493 802

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

José Filipe de Mendonça Athayde Carvalho – Presidente
Carlos Alberto de Mendonça Pires
Maria do Carmo Farinha Martins Rei

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

00 – Introdução

A SÃVIDA – Medicina Apoiada, S.A. foi constituída por deliberação da Assembleia Geral da EDP – Electricidade de Portugal, S.A. realizada em 18 de Agosto de 1994, na sequência e harmonia com os Decretos--Lei 7/91 e 131/94. Por decisão da mesma Assembleia Geral as contas da Empresa do exercício de 1994 estão reportadas a 1 de Janeiro de 1994.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial da Contabilidade.

As notas números 2, 4, 5, 6, 8, 9, 11, 14 a 24, 26, 27, 28, 30 a 33, 38, 39, 41, 42, 45 e 47 não estão incluídas neste Anexo por não serem aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

01 – Princípios contabilísticos

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações da Empresa, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

03 – Critérios contabilísticos e valorimétricos

a) Imobilizações corpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas pelas taxas fixadas no Decreto-Lei 2/90.

b) Pensões de reforma e sobrevivência

A Empresa tem a responsabilidade de conceder complementos de pensões de reforma e sobrevivência, na parte que excede as que são concedidas pela Segurança Social, aos trabalhadores que à data da sua constituição integravam os quadros da EDP, S.A. O montante do Fundo de Pensões EDP em 31/12/94 cobria, na totalidade, as responsabilidades por serviços passados calculadas actuarialmente.

07 – Pessoal ao serviço da empresa

Foi de 139 o número médio de pessoas ao serviço da Empresa, não existindo assalariados.

10 – Imobilizações Corpóreas

a) Activo Bruto

	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Equipamento Básico	57 891	0	8 385	0	66 276
Equipamento de Transporte	4 400	0	0	0	4 400
Ferramentas e Utensílios	23	0	387	0	410
Equipamento Administrativo	136 342	0	17 145	(916)	152 571
Outros Imobilizações Corpóreas	0	0	251	0	251
TOTAL	198 656	0	26 168	(916)	223 90

b) Amortizações e Provisões

	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Equipamento Básico	0	0	4 618	31 724	36 342
Equipamento de Transporte	4 400	0	0	0	4 400
Ferramentas e Utensílios	23	0	29	0	52
Equipamento Administrativo	73 823	0	22 734	(29 287)	67 270
Outros Imobilizações Corpóreas	0	0	10	18	28
TOTAL	78 246	0	27 391	2 455	108 092

12 – Reavaliação das Imobilizações Corpóreas

As Imobilizações Corpóreas encontram-se reavaliadas ao abrigo dos seguintes diplomas legais.

Decreto Lei nº 430/78	Decreto Lei nº 171/85	Decreto Lei nº 49/91
Decreto Lei nº 219/82	Decreto Lei nº 118-B/86	Decreto Lei nº 264/92
Decreto Lei nº 399-G/81	Decreto Lei nº 111/88	Decreto Lei n.º 7/91

A reserva de reavaliação não foi destacada para a Empresa quando da sua constituição.

13 – Custo histórico das Imobilizações Corpóreas

A comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos é a seguinte:

	Custos Históricos	Reavaliações	Valores Contabilísticos Reavaliados
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS			
Equipamento Básico	28 643 597	1 090 060	29 933 657
Ferramentas e Utensílios	357 769	0	357 769
Equipamento Administrativo	83 601 754	1 700 137	85 301 891
Outros Imobilizações Corpóreas	223 175	0	223 175
TOTAL	113 026 295	2 790 197	115 816 492

25 – Dívidas ao pessoal

(em contos)

Valores a receber	652
Valores a pagar	78 442

29 – Dívidas a terceiros – médio e longo prazo

Decomposição do saldo evidenciado no Balanço em 31 de Dezembro (contos):

Cauções recebidas de Clientes.....	441 682
------------------------------------	---------

34 – Movimento de provisões

(contos)

RUBRICAS	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Para Pensões	75 585			75 585
Para Riscos e Encargos	156 210			156 210
TOTAL	231 795			231 795

35 – Forma como se realizou o Capital Social

O capital social da Empresa, no valor de 90 mil contos, foi realizado em espécie, por destaque de parcelas do Activo e Passivo da Electricidade de Portugal, S.A.

36 – Capital – n.º de acções e valor nominal

O capital está representado por 90 000 acções escriturais, nominativas, de 1 000\$00 cada, encontrando-se totalmente realizado.

37 – Capital – detentores

O capital é detido na totalidade por empresas do Grupo EDP na seguinte proporção:

40% EDP – Electricidade de Portugal, S.A.

10% CPPE – Companhia Portuguesa de Produção de Electricidade, S.A.

10% REN – Rede Eléctrica Nacional, S.A.

10% EN – Electricidade do Norte, S.A.

10% CENEL – Electricidade do Centro, S.A.

10% LTE – Electricidade de Lisboa e Vale do Tejo, S.A.

10% SLE – Electricidade do Sul, S.A.

40 – Movimentos de capitais próprios

RUBRICAS	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital	90 000			90 000
Reservas de Reavaliação				0
Ajustamentos de Partes de Capital em Filiais e Associadas				0
Reservas:				
Reservas Legal				0
Reserva para Investimentos				0
Reserva para Fins Sociais				0
Reservas – DL 46031 e DL 46917				0
Reservas Livres	25 008			25 008
Reserva por Actividades				0
Transferidas para a EDP				
Resultados Transitados				0
Resultado Líquido do Exercício	91 494			91 494
TOTAL	115 008	91 494	0	206 502

É a seguinte a proposta de aplicação do Resultado Líquido de 1994:

Dividendo.....	41 000 000\$00
Reserva Legal	9 149 380\$00
Distribuição de Resultados aos Corpos Gerentes.....	4 005 219\$00

Distribuição de Resultados		
aos Trabalhadores	26 000 000\$00	
Resultados Transitados	11 339 203\$00	

43 – Remunerações dos órgãos sociais

Foram as seguintes, em contos, as remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração	5283	
Conselho Fiscal.....	1917	

44 – Vendas e prestação de serviços (milhares de contos)

Mercado Interno

Empresas do Grupo	4301	
Terceiros	14	

46 – Demonstração de resultados extraordinários (contos)

Custos e Perdas

Correcções relativas a exercícios anteriores.....	308	
Indemnizações por rescisão de contrato.....	7000	7308

Proveitos e Ganhos

Outros proveitos e ganhos extraordinários.....	81	81
Resultado Extraordinário		(7227)

48 – Outras informações

a) Acréscimos e Diferimento

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro (contos):

Custos Diferidos

Rendas e Alugueres	2 173	
Outros não específicos	1 892	

Acréscimo de Custos

Férias e Subsídios de Férias	78 442	
------------------------------------	--------	--

b) Outros Devedores e Outros Credores – Curto Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 31 de Dezembro (contos):

Outros Devedores

Devedores por Fornecimento de Outros

Bens e Prestação de Serviços 499

Devedores Diversos 1 005 500

TOTAL 1 005 999

Outros Credores

Credores por Fornecimento de Outros

Bens e Prestação de Serviços 177 495

Credores Diversos 1 034 957

TOTAL 1 212 452

c) Provisões para Riscos e Encargos

Corresponde à provisão para:

Reformas antecipadas 75 585

Actos Médicos 156 209

TOTAL 231 794

DOCUMENTOS DE APRECIÇÃO E CERTIFICAÇÃO



CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de SÁVIDA – MEDICINA APOIADA, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 1994, a Demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados, documentos que evidenciam um total de balanço de 2.636.137 contos e um total de capital próprio de 206.502 contos, incluindo um resultado líquido de 91.494 contos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de critérios e políticas contabilísticas adequadas e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas e as Recomendações Técnicas da Câmara dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras não contêm, ou contêm, distorções materialmente

relevantes. Para tanto o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras;
 - a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, e da aplicabilidade, ou não, do princípio da continuidade;
 - a apreciação de ser adequada a apresentação das demonstrações financeiras.
5. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de SÁVIDA – MEDICINA APOIADA, S.A., em 31 de Dezembro de 1994 e o resultado das suas operações no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 15 de Março de 1995

*Sociedade de Revisores oficiais de Conta
Representada por: Dr. Alexandre da Paixão
Coelho (ROC n.º 399)*

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Accionistas,

De acordo com o disposto nos artigos 420.º e 421.º do Código das Sociedades Comerciais e no cumprimento das funções do Conselho Fiscal da **SÁVIDA – MEDICINA APOIADA, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 1994, procedemos à fiscalização dos actos da Administração da Sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da Lei e do contrato da Sociedade, procedemos à verificação periódica dos livros e registos contabilísticos, bem como dos documentos de suporte, efectuámos testes por amostragem às transacções e saldos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos ainda à verificação do Balanço, de Demonstração dos Resultados, e do respectivo Anexo, bem como dos princípios contabilísticos subjacentes. Da Administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados o que agradecemos.

1 – A contabilidade, o Balanço, a Demonstração dos Resultados e respectivo Anexo, satisfazem as disposições legais e estatutárias. O Relatório de Gestão descreve com clareza a actividade e evolução desde a sua constituição. Do referido relatório destacamos:

- Constituição da Empresa por deliberação da Assembleia Geral da EDP, realizada em 18 de Agosto de 1994.

- Assinatura dos Contratos Programa com cada uma das Empresas do Grupo.

- 2 – Os actos da Administração do nosso conhecimento salvaguardam o cumprimento da lei do contrato de sociedade.
- 3 – Os critérios valorimétricos adoptados encontram-se mencionados nas notas do anexo.
- 4 – Nos termos do art.º 453.º do Código das Sociedades, declaramos que concordamos com a Certificação Legal de Contas, que consideramos parte integrante deste relatório.

Face ao que ficou dito na Certificação Legal de Contas e no Relatório da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas dirigido ao Conselho de Administração, somos de parecer que:

- a) Aprovevem o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 1994, apresentados pelo Conselho de Administração;
- b) Aprovevem a proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

Lisboa, 15 de Março de 1995

O CONSELHO FISCAL

Dr. Manuel Jorge Pombo Cruchinho, *Presidente*

Dr. João da Costa Leite, *Vogal*

Dr. Alexandre da Paixão Coelho, *Vogal (ROC)*
em representação de Alexandre Coelho & Luís Rosa, *SROC*

**EXTRACTO DA ACTA DA ASSEMBLEIA
GERAL DE ACCIONISTAS DA
SÂVIDA – MEDICINA APOIADA
REALIZADA EM 22 DE MARÇO DE 1995**

Acta Número Três

« (...)

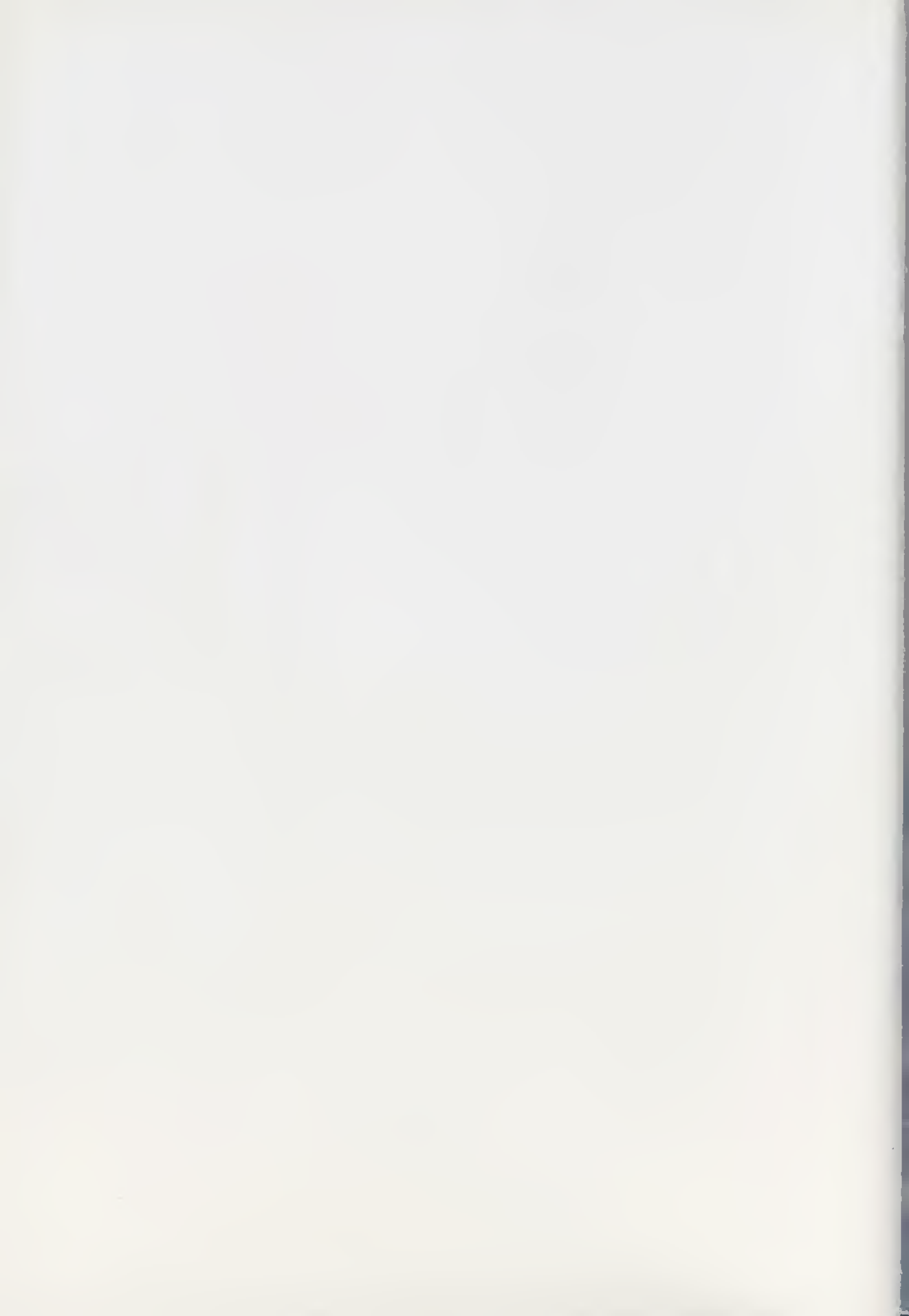
Ninguém mais tendo querido usar da palavra, foram o Relatório de Gestão e as Contas do Exercício e o Relatório e Parecer do Conselho Fiscal submetidos à votação, tendo sido aprovados por unanimidade.

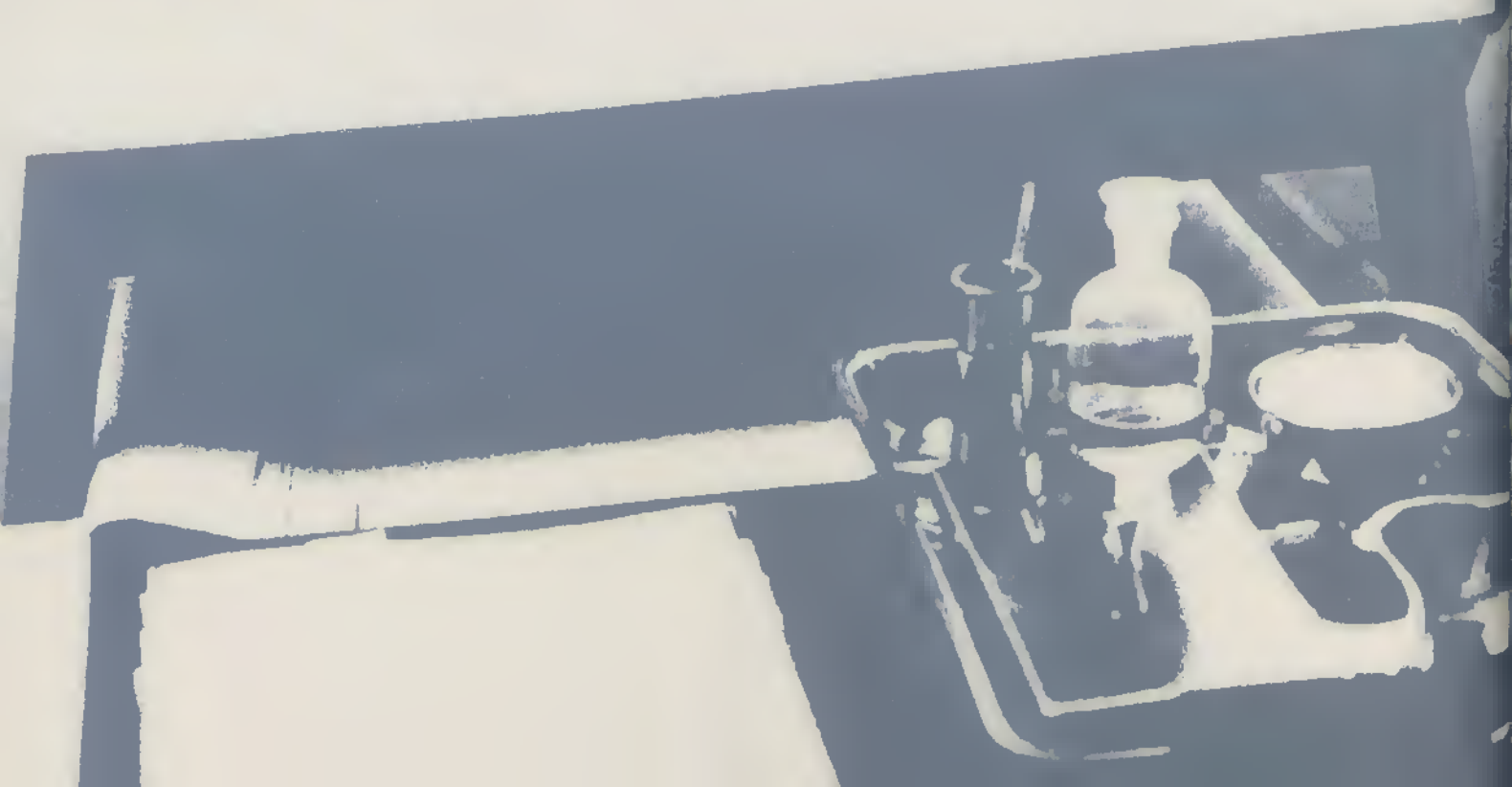
Passou-se, imediatamente, à apreciação da proposta do Conselho de Administração para aplicação do resultado do exercício, ou seja:

- Para Reserva Legal: Nove milhões, cento e quarenta e nove mil trezentos e oitenta escudos
- Para distribuição de resultados aos Corpos Gerentes: Quatro milhões, cinco mil duzentos e dezanove escudos
- Para distribuição de Resultados aos Trabalhadores: Vinte e seis milhões de escudos
- Para Resultados Transitados: Onze milhões, trezentos e trinta e nove mil duzentos e três escudos.

Como ninguém quis usar da palavra foi a proposta submetida à votação e aprovada por unanimidade.

(...».







SÁVIDA
Medicina Apoiada, S.A.

Sede Social: Av. Casal Ribeiro, 15 – 6º – 1000 LISBOA
Telef. (01) 54 28 32 – Fax (01) 315 06 46

E